

SEMINÁRIO DE JOVENS CIENTISTAS

**Como Dialogar
Com Quem Não Quer Ouvir:
para lá da polarização
e da desinformação**

GONÇALO MARCELO
PEDRO MATOS PEREIRA
ANA SANCHEZ
MARA DE SOUSA FREITAS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2023

SEMINÁRIO
DE
JOVENS CIENTISTAS

Título: Como Dialogar Com Quer Não Quer Ouvir:
Para Lá da Polarização e da Desinformação

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2023

ISBN: 978-972-623-410-4

Depósito legal: 524416/23

Índice

PREFÁCIO.....	11
<i>Michel Renaud</i>	
INTRODUÇÃO	21
<i>Gonçalo Marcelo, Pedro Matos Pereira, Ana Sanchez, Mara de Sousa Freitas</i>	
CAPÍTULO 1.....	45
Como Dialogar Com Quem Não Quer Ouvir: causas e remédios para a destruição extremista da comunicação	
<i>Renato Janine Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 2.....	61
Diálogo difícil e Partilha de Histórias: o Guestbook Project	
<i>Richard Kearney</i>	
CAPÍTULO 3.....	89
Considerações sobre Pseudociência, Desinformação e os Obstáculos à Ciência com a Antiguidade como Pano de Fundo	
<i>Nelson Ferreira</i>	
CAPÍTULO 4.....	107
O Mundo Infestado de Demónios ou a Atualidade de Carl Sagan	
<i>Carlos Fiolhais</i>	
CAPÍTULO 5.....	125
Dialogar Com Quem Não É Ouvido: a comunicação de ciência para grupos excluídos	
<i>Ana Delicado</i>	

CAPÍTULO 6.....	147
Quando a desinformação chega com pezinhos de lã <i>Vera Novais</i>	
CAPÍTULO 7.....	175
<i>What's Next?</i> Quatro Tendências a Considerar Para o Futuro da Desinformação <i>Inês Narciso</i>	
CAPÍTULO 8.....	189
A Importância de Saber que Não se Sabe: notas sobre a relação entre (sobre)confiança e desinformação <i>Joana Gonçalves-Sá, Cristina Mendonça</i>	
POSFÁCIO.....	215
<i>Maria Manuela Chaves</i>	

Introdução^a

GONÇALO MARCELO¹

PEDRO MATOS PEREIRA²

ANA SANCHEZ³

MARA DE SOUSA FREITAS⁴

Vivemos num tempo atravessado por contradições e paradoxos. Uma visão otimista da marcha da história – porventura imbuída pelos ideais herdados do Iluminismo e constatando os inegáveis progressos dos últimos séculos em termos de avanço no conhecimento científico e possibilidade de acesso à educação – talvez esperasse que, por esta altura, vivêssemos em sociedades marcadas por comportamentos epistemicamente racionais. Desse ponto de vista, a comunicação entre as pessoas tenderia para o mesmo ideal. Tomemos o exemplo do surgimento da Internet e a forma como ela revolucionou a maneira como acedemos à informação e como comunicamos uns com os outros. Se analisada sob este ideal otimista e tendo em conta as expectativas a ela inicialmente associadas, a Internet ter-se-ia tornado uma espécie de esfera pública habermasiana racionalizada [5] na qual, sem constrangimentos trazidos pela distância geográfica ou por desigualdades de estatuto ou poder, os utilizadores poderiam não só partilhar interesses, conhecimento e fazer comércio, como também trocar argumentos de forma civilizada à escala global.

No mesmo espírito, a vaga de democratização na Europa das últimas décadas do século xx e a aura de inevitabilidade que a

¹ CECH-UC e SJC-ACL.

² ITQB NOVA e SJC-ACL.

³ ITQB NOVA.

⁴ IB-UCP e SJC-ACL.

forma liberal de democracia parecia ter adquirido no virar do século, também contribuíram para a mesma expectativa otimista. Com efeito, parte do credo liberal tem como pressuposto que a garantia de liberdades individuais e limitação de poderes, conjugada com uma soberania popular mediada pelos mecanismos representativos, evitará abusos individuais de poder e tenderá para um equilíbrio que favorece os interesses gerais da população. Ainda dentro deste sistema de valores integrantes daquilo a que podemos chamar, de forma não pejorativa, a ideologia liberal, poder-se-ia esperar um comportamento generalizado de respeito pela diferença, e nomeadamente pela opinião alheia e pelos traços de pertença que nos são estranhos. Por outras palavras, as diferenças de religião, opção política, nacionalidade, ou outras, deveriam ser respeitadas num espírito de tolerância ou mesmo de celebração da diversidade e da unicidade humanas.

Tomando como exemplo o contexto europeu, e sobretudo o projeto da União Europeia naquilo que ele tinha de melhor em termos de projeção de paz, prosperidade e proteção dos direitos humanos à escala europeia no rescaldo do horror da Segunda Guerra Mundial, esta esperada racionalização estender-se-ia a uma ausência de guerra, a uma prosperidade bem distribuída, com vista à justiça social, e a uma proteção efetiva dos direitos de todos.

Contudo, não é preciso fazer muito esforço para constatar a discrepância entre esta projeção idealizada e a situação vivida atualmente. Na verdade, fatores de diferentes origens conjugaram-se, criando uma situação complexa. Mencionemos, sucintamente e ainda antes de os apresentar de uma forma mais desenvolvida, três deles: a polarização, a desinformação e a confiança na ciência (ou falta dela).

Por ‘polarização’, normalmente entende-se a deriva das escolhas políticas para os extremos e o esvaziamento do chamado ‘centro’ político. Contudo, este é um fenómeno mais vasto e cujos principais problemas são outros. De facto, e embora sendo um

termo geralmente utilizado no domínio da política e associado a crenças políticas ‘extremas’, a verdade é que a ‘polarização’ pode aplicar-se a qualquer sistema de crenças partilhado que funcione em circuito fechado, tornando-se imune à revisão de crenças e hostil em relação ao exterior. Outra forma de o descrever é como estando associado ao “tribalismo” [2], fenómeno no qual a adesão a crenças e a adoção de preferências estão intimamente ligadas com a identificação com características e comportamentos partilhados, e que tendem a implicar a adoção de enviesamentos em relação a tudo aquilo que favoreça o nosso próprio grupo, por exemplo ao confirmar as suas crenças de base, e, por conseguinte, a negar (mesmo sem evidência) aquilo que, por outro lado, se origine fora do grupo e possa tender a colocá-lo em causa.

A polarização, por outras palavras, opera numa lógica de hostilidade que identifica o ‘outro’ como inimigo e é geralmente marcada pela tentativa de assegurar a coesão intragrupal por oposição a tal inimigo. Assim, e enquanto lógica social, favorece igualmente uma adesão um tanto ou quanto acrítica às crenças de base desse grupo, o que leva as pessoas a negligenciar a virtude epistémica da ‘abertura de espírito’ pela qual nos podemos deixar convencer de que estávamos enganados, ou a ser acolhedores da salutar convivência com a diferença e a pluralidade. A polarização pode ser descrita como não se restringindo ao domínio político, porquanto, sendo marcada pela distância, que por vezes parece não ser passível de mediação, entre diferentes sistemas de crenças, também se pode aplicar a outros domínios, como o da crença científica [8]. Assim, tanto encontramos um estado de polarização entre populistas como os apoiantes de Trump e Bolsonaro (ou até de Maduro) e outros partidos políticos, como entre ‘negacionistas da ciência’, como os terraplanistas e os movimentos antivacinação, e todos aqueles que depositam confiança na ciência.

Um segundo fator é a chamada ‘desinformação’, muitas vezes associada a um clima de ‘pós-verdade’ ou, como Kellyanne Conway

o descreveu num discurso que se celebrizou (e não pelas melhores razões), ‘factos alternativos’. Esta é marcada, sobretudo no domínio digital, pela proliferação de ‘notícias falsas’ e, muitas vezes, pelas chamadas ‘Teorias da Conspiração’ [3]. As razões para a sua multiplicação exponencial em anos recentes são múltiplas, e vão desde a simples monetização e exploração comercial (a ‘economia dos *clicks*’) à manipulação deliberada para fins políticos ou outros. A isto junta-se um sentimento crescente de alienação e impotência que torna atrativo o conceito de uma força ‘poderosa’ que conspira contra nós. Nas suas múltiplas variedades – e que passam pela informação simplesmente errada, enviesada ou tirada do contexto, indo até à ficção propositadamente fabricada para fins perniciosos, por mais difícil que seja provar esta intenção ou a sua origem –, a desinformação constitui um obstáculo adicional à possibilidade de uma conduta epistemicamente racional. A desinformação alimenta e reforça a polarização, estando muitas vezes na base da perceção enviesada das pessoas sobre diferentes fenómenos e, frequentemente, reforçando a demonização do ‘outro’.

Entre os múltiplos domínios nos quais a polarização e a desinformação fazem sentir os seus impactos, detenhamo-nos no da ciência e, mais especificamente, na perceção pública da ciência e respetiva confiança que nela é depositada. É surpreendente a força, sobretudo noutras latitudes que não a portuguesa, de movimentos como o da negação da influência humana nas alterações climáticas (ou até da negação de que existam), o dos terraplanistas, ou os movimentos antivacinas. Estes últimos tiveram, por razões óbvias, um destaque acentuado durante a pandemia de Covid-19, relacionando-se com variadas Teorias da Conspiração ligadas não só às vacinas contra a Covid-19, como também à própria origem deste vírus e a medidas de saúde pública, como o uso das máscaras.

Para a atitude racionalista de tipo iluminista, pode parecer surpreendente que, em pleno século XXI, se acredite que a Terra é

plana ou se adira a outro tipo de crenças “estranhas”. E, no entanto, aqui chegámos. No contexto da “pós-verdade” e dos “factos alternativos”, os sistemas de crenças relativizam-se e isolam-se, podendo polarizar-se. E se, como advoga McIntyre [9], referindo-se às comunidades de ‘negacionistas da ciência’, a razão para a adesão às crenças (mesmo as que parecem absurdas) se prende mais com a identificação com uma comunidade, por sua vez reforçada por razões ideológicas e afetivas... por que não acreditar-se no que quer que seja? E note-se que a putativa refutação destas crenças pode servir de reforço ao sentimento de se ser negligenciado ou perseguido, precisamente em virtude das suas próprias crenças [9, p. 16].

É fácil de entender até que ponto este intrincado complexo de problemas coloca desafios, não só à ciência, mas também à democracia, às políticas públicas e à vida em sociedade. De facto, crenças ‘estranhas’ que aparentemente negam a evidência (científica ou outra) poderiam ser vistas como um problema meramente privado. Mas acontece que essas crenças se podem colocar no caminho da implementação das políticas públicas, como se viu no caso do ceticismo em relação às vacinas no caso da pandemia de Covid-19 e como se vê, em muitos casos, no que diz respeito às alterações climáticas. Os desafios são, por isso, grandes e, por sua vez, exigem abordagens necessariamente interdisciplinares, que passam pela Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais (com ênfase óbvia na Sociologia e na Ciência Política), pela Bioética e pela Comunicação, sobretudo pela comunicação de ciência e pelo Jornalismo.

Eis, portanto, um sinal das contradições e paradoxos invocados logo no início desta introdução. Apesar dos avanços no conhecimento, vivemos num tempo em que muitas pessoas optam por alguma forma de ignorância ou de fechamento de espírito. Muitos serão os fatores que porventura o explicam, desde a desigualdade no acesso à educação, sobretudo à educação de qualidade (fruto da degradação das condições da escola pública em diversas

latitudes), passando por outros tipos de desigualdade, como aquela que inclui a discriminação de alguns grupos sociais e a própria desigualdade económica, que muitas vezes está na base de tudo o resto. A lista destes fatores incluirá certamente o ideológico e a endoutrinação, ligados a um uso perverso de uma racionalidade instrumental que manipula para efeitos de ganhos económicos, políticos, ou outros. E talvez ainda possamos aventar que a dinâmica de mercados ‘amorais’ que supostamente apenas respondem à procura e às preferências dos utilizadores (ou àquilo que se calcula que elas sejam), numa lógica de predição de comportamentos para fins comerciais, típica daquilo a que Shoshanna Zuboff chama o ‘capitalismo de vigilância’ [13] em ambiente digital, também contribuirá para reforçar os enviesamentos preexistentes, e muito pouco ou nada para os corrigir.

É verdade que a visão idealizada que descrevemos no início seria pouco provável de se realizar em todas as suas dimensões, e seria ingénuo acreditar que ela se realizaria. Porém, é preciso reconhecer que os problemas que aqui apresentamos são reais e genuínos, e denunciá-los também implica não ter uma visão igualmente ingénuo sobre os fenómenos nos quais incidem. É necessário conhecer a História e a realidade presente. Com efeito, não é preciso acreditar na possibilidade de uma sociedade completamente livre do conflito (tal não existe, porquanto o conflito é uma lógica política constitutiva) para se criticar a polarização exacerbada e tentar mitigá-la, tal como não é preciso ser-se positivista, achando que a ciência constitui a única explicação legítima da realidade, para se defender a importância do conhecimento científico e reconhecer o seu valor intrínseco (valor social, científico e económico), o seu campo de objetividade e a sua utilidade para a definição das políticas públicas e, especialmente, na promoção do bem individual e procura progressiva do alargamento do bem comum.

É indubitável que a palavra e o discurso fazem parte do agir humano, da práxis humana, são um meio que acompanha as

ações humanas, de modo a justificá-las e/ou tentar legitimá-las perante o outro. A palavra e o discurso tornam-se objeto legítimo, não somente da teoria da comunicação, mas também da própria ética aplicada, em particular da Bioética, pois ambas visam a análise de conflitos morais (plano descritivo) e avaliam as formas e ferramentas de argumentação moral (plano da metaética) – encontrando-se, assim, num plano comum, o que faz o caminho normativo e/ou prescritivo – como agir para agir bem; o que deve ser feito? [6, p. 4].

Entre os múltiplos problemas elencados acima, e reconhecendo a complexa rede de interligações entre eles, este volume opta por colocar à cabeça, como tema agregador, o do diálogo difícil, sob a forma de uma questão: *como dialogar com quem não quer ouvir?*

Tal tema insere-se na longa tradição de valorização do diálogo, cujas raízes filosóficas, na nossa tradição cultural, remontam ao diálogo socrático. A centralidade do diálogo encontra variados exemplos ao longo da história da filosofia, por exemplo nas obras de Buber, Bakhtin, Levinas ou Gadamer. O pressuposto do diálogo é sempre o da insuficiência da perspectiva autocentrada, não só no que diz respeito ao conhecimento do mundo, mas também de si mesmo e da alteridade. Em certo sentido, o diálogo é um dos requisitos da abertura de espírito e, certamente, um dos requisitos de uma racionalidade epistémica intersubjetivamente mediada. Sem diálogo, não há acesso ao testemunho de outrem, e nenhuma compreensão é possível.

O diagnóstico desta dificuldade em dialogar também não é, claro, originalidade nossa, nem deste volume. Outras vozes o descreveram em anos recentes, tendo em conta um pano de fundo semelhante, pelo menos em parte, ao que descrevemos aqui, e outros projetos foram montados para tentar encontrar soluções para este problema. Uma das grandes referências é o livro *How to Have Impossible Conversations*, de Peter Boghossian e James Lindsay [1]. Nessa obra, que pretende ser, conforme o próprio subtítulo

indica, um “guia prático” para se ter essas conversas tidas como “impossíveis”, são dados vários conselhos para se conseguir ultrapassar as barreiras dos diálogos difíceis, inclusive com quem parece “não querer ouvir”.

Na definição de Boghossian e Lindsay, “conversas impossíveis” não são aquelas situações em que as pessoas literalmente se recusam a escutar ou a falar, ou nas quais há ameaça de violência física ou outra. São, na verdade, as conversas que “parecem fúteis, porque têm lugar através daquilo que parece ser um abismo intransponível de desacordo em relação a ideias, crenças, moralidade, política ou mundividências” [1, p. 8]. Assim, o ‘não querer ouvir’ significa, na verdade, o não querer saber, no sentido em que o outro até pode falar mas pressupõe-se que falará sempre ‘para o boneco’ porque nada nos parece predispor para que acreditemos naquilo que dirá – aquele que tem crenças diferentes ver-lhe-á negada, nesses casos, qualquer tipo de credibilidade epistêmica.

Os autores sugerem que, apesar da dificuldade, há vantagens em tentar ter estas ‘conversas impossíveis’, na medida em que elas permitem reconhecer a diversidade de opiniões, manter integridade intelectual e, até, nalguns casos, a possibilidade de, contra todas as expectativas, conseguir fazer com que algumas pessoas mudem o seu ponto de vista. O livro “treina” os leitores nesta arte do diálogo difícil, avançando das competências mais básicas para se ter uma conversa frutífera com preceitos como ‘fale menos e escute mais’, ‘construa a relação’, ‘não pregue a sua verdade’ ou ‘saiba quando parar’, até a técnicas cada vez mais complexas para se tentar mudar a opinião dos nossos parceiros de diálogo. Estas incluem: a adaptação do nosso próprio comportamento, por exemplo, admitir as falhas do nosso próprio ponto de vista e a existência de extremistas ‘do nosso lado’, ter um comportamento irrepreensível durante o diálogo para tentar dar o exemplo; a modulação do nosso juízo sobre outrem, focando-se em compreendê-lo, incluindo na forma como raciocina e o que o leva

a não ter abertura de espírito e não em culpá-lo; e, em última instância, tenta preparar-nos para as conversas verdadeiramente difíceis, mencionando a gestão de emoções, a necessidade de, por vezes, não argumentar com base em factos (porque pessoas com sistemas de crenças diferentes terão critérios diferentes para o que conta como ‘evidência’) e aprender a falar os ‘diferentes dialetos morais’ de outrem, para conseguir compreender os seus valores e argumentar, por assim dizer, a partir de dentro.

Nada disto, claro, é garantia exata de qualquer tipo de sucesso neste tipo de diálogos impossíveis, e também nada nos diz sobre os casos em que as pessoas literalmente não querem ouvir. Mas oferece uma panóplia de caminhos possíveis para que se tente. Um dos autores que seguiu em parte estas pistas e de facto tentou ter ‘conversas impossíveis’ foi Lee McIntyre em *How to Talk to a Science Denier* [9]. Nesse livro descobrimos a curiosa história de como este filósofo da ciência foi à Convenção do movimento terraplanista dos EUA em 2018 e descobriu o seu carácter de seita; como analisou, através de diversas tentativas de diálogo, a maneira como os terraplanistas raciocinam e o que para eles conta como evidência, as racionalizações a que se dedicam para tentar justificar as suas crenças, a sua inerente desconfiança em relação à autoridade e ao pensamento dominante, e os limites a que podem ser levados na sua crença quando a vêem desafiada.

McIntyre, que também aborda outros casos de desconfiança em relação à ciência, como os movimentos antivacinas e de negação das alterações climáticas, confirmou aquilo que a literatura anterior já tinha estabelecido em relação a algumas das características dos ‘negacionistas da ciência’, nomeadamente a escolha seletiva de evidência, a crença em Teorias da Conspiração, a confiança em falsos peritos, os erros lógicos de raciocínio e as expectativas irrealistas em relação à ciência [7]. No entanto, McIntyre continua a acreditar na possibilidade de mudar as ideias de alguns, ainda que reconheça os limites da abordagem individual do diálogo: é

impossível mudar a opinião de todos, um a um, pelo que o enfoque passa também a ser, como para muitos outros autores, a abordagem na educação e comunicação de ciência. Abordagem que, como outros autores argumentam, deve ser complementada pela necessidade de regulamentação mais forte do ambiente digital, de forma a torná-lo menos propício à disseminação da desinformação e da manipulação [10].

*

Foi com consciência da relação entre todos estes problemas e da necessidade de aprofundar estas e outras soluções que o ciclo de 2021-2023 do Seminário de Jovens Cientistas (SJC) da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) organizou o Ciclo de Conferências que deu azo a este volume. Precisamente intitulado *Como Dialogar Com Quem Não Quer Ouvir: para lá da polarização e da desinformação*, o Ciclo decorreu entre 13 de dezembro de 2021 e 11 de julho de 2022.

O SJC é, hoje, um dos Institutos que compõem a ACL. Criado em 2010, o objetivo deste Seminário é promover a ligação à Academia de membros jovens da comunidade científica, visando também dinamizar a atividade da Academia no seio da própria sociedade. O SJC integra, em ciclos com a duração de três anos, vinte jovens investigadores (entre os 30 e os 40 anos), dez na área das Ciências e outros dez na área das Humanidades, sendo especialmente incentivados a desenvolver atividades de natureza transdisciplinar e relevância social [12].

Foi com esses objetivos em mente que o SJC lançou este Ciclo de Conferências, uma iniciativa coordenada por Gonçalo Marcelo, Pedro Matos Pereira (ambos membros do ciclo 2021-2023 do SJC) e Ana Sanchez, naquilo que foi uma parceria entre o SJC e o Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier da Universidade Nova de Lisboa, e o Centro de Estudos Clássicos e

Humanísticos da Universidade de Coimbra, instituições de acolhimento destes três investigadores.

O ciclo abordou estes que são temas de inegável relevância social, pretendendo com isso não só contribuir para a tarefa de comunicação e disseminação da investigação mas também, e sobretudo, envolver especialistas, público e sociedade civil numa estratégia de intervenção que visava, ainda que de forma modesta, contribuir para que estes problemas pudessem ser colmatados. Importa referir que o presente ciclo 2021-2023 do SJC, que agora se aproxima do fim, foi evidentemente muito marcado pela experiência da pandemia e todos os constrangimentos que impôs. Assim, este foi o primeiro evento público do próprio SJC durante este ciclo e, num momento que ainda era de cautela e restrições, decorreu integralmente em formato remoto, com recurso à aplicação Zoom.

No âmbito desta tarefa de abertura da ACL à discussão de problemas com enorme relevância social, e tendo em conta a complexidade dos mesmos, a abordagem teria de ser sempre interdisciplinar. Assim, o ciclo, que teve sete sessões, incluiu convites a filósofos, antigos responsáveis políticos, cientistas (incluindo cientistas sociais), divulgadores de ciência e jornalistas. As primeiras seis sessões foram temáticas⁵, agrupando temas como a democracia e a polarização política, a pseudociência e a desinformação, a confiança na ciência e as origens e efeitos da desinformação, enquanto a sessão de encerramento consistiu num debate aberto reunindo a generalidade dos conferencistas e incluindo alguns convidados adicionais, selecionados entre o público das sessões

⁵ A saber: 1) “Democracia, Ciência e Polarização Política”, com Renato Janine Ribeiro, a 13 de Dezembro de 2021; e, em 2022, 2) “Ciência, Pseudociência e Desinformação”, com Carlos Fiolhais e David Marçal, a 17 de Janeiro; 3) “Difficult Dialogue and Narrative Exchange: the Guestbook Project”; 4) “Origens da Desinformação e Fake News” com Inês Narciso e Vera Novais”, a 14 de Março; 5) “Confiança na Ciência: crenças e percepções”, com Ana Delicado, a 18 de Abril; e 6) “Efeitos da Desinformação e como contrariá-los”, com Marta Moreira Marques e Joana Gonçalves de Sá, a 16 de Maio.

anteriores do ciclo, que, por terem reflexão relevante sobre o assunto e terem acompanhado os trabalhos, trouxeram valiosos contributos originais para esta reflexão final⁶.

Tendo em conta a estratégia de disseminação e intervenção, que era uma componente deste Ciclo de Conferências, as sessões foram transmitidas simultaneamente por Zoom e no canal YouTube do SJC, ficando depois permanentemente disponíveis neste último⁷. Um dos resultados da reflexão final promovida na sessão de encerramento foi a decisão de continuar o trabalho a um nível diferente, nomeadamente através da organização do presente volume, editado pela equipa de coordenação do Ciclo e também por Mara de Sousa Freitas, também ela membro do SJC, e coorganizadora da referida sessão de encerramento.

Tendo em conta que os vídeos de todas as sessões estão disponíveis no YouTube, o mote lançado aos convidados, isto é, aos conferencistas e participantes na sessão de encerramento, foi a que produzissem textos que, não sendo necessariamente reproduções fiéis das suas apresentações orais, apresentassem desenvolvimentos dos temas que tinham abordado e que, de uma forma geral, dessem seguimento ao repto que aparecia sempre sob a forma da pergunta que deu o título geral ao Ciclo, e que por diversas vezes foi sendo colocada durante as sessões: *como dialogar com quem não quer ouvir?*

À luz desse convite, ao qual a maior parte dos intervenientes felizmente pôde responder favoravelmente, foi possível reunir os textos que compõem este volume: oito capítulos principais, aos quais se juntam o prefácio de Michel Renaud, o posfácio de Maria

⁶ Na sessão de encerramento, que teve lugar a 11 de julho de 2022, participaram Ana Delicado, Jorge Soares, Inês Narciso, Joana Gonçalves de Sá, João Bettencourt Relvas, Maria Manuela Chaves, Mara de Sousa Freitas, Michel Renaud, Nelson Ferreira e Renato Janine Ribeiro, para além dos três coordenadores do Ciclo, Gonçalo Marcelo, Pedro Matos Pereira e Ana Sanchez, que moderaram as sessões ao longo de todo o Ciclo.

⁷ Todas as sessões podem ser consultadas na playlist deste Ciclo.

Manuela Chaves⁸ e a presente introdução. Em todos os casos, exceto no do texto de Richard Kearney, os capítulos não correspondem às apresentações originais embora, nalguns casos, possam ser parcialmente baseados nelas. Quanto ao texto de Richard Kearney, e na impossibilidade de produção de um novo texto de raiz, optou-se, em colaboração com o autor, por se traduzir para português uma versão editada da conferência original, contribuindo assim para a disseminação em formato diferente de uma sessão muito relevante para os problemas em discussão no Ciclo. Um dos capítulos, da autoria de Nelson Ferreira (participante na sessão de encerramento), é inteiramente novo, bem como o são, evidentemente, os textos do prefácio, introdução e posfácio.

*

Sem pretensão de exaustividade e certamente sem dispensar a leitura atenta dos capítulos que se seguem, façamos uma breve introdução a cada um deles. A ordem seguida teve como base a das sessões do Ciclo, com algumas alterações que aprofundam a uma lógica de desenvolvimento temática.

O primeiro capítulo, da autoria de Renato Janine Ribeiro e intitulado “Como Dialogar Com Quem Não Quer Ouvir: causas e remédios para a destruição extremista da comunicação” é, entre os textos reunidos neste volume, aquele que mais explicitamente se debruça sobre a componente política deste complexo de problemas. Janine Ribeiro, especialista em ética e filosofia política, antigo ministro da Educação do Brasil e atualmente presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é, com certeza, um dos autores mais capazes de enfrentar as múltiplas vertentes dos temas reunidos neste ciclo, com ênfase na problemática

⁸ Presidente do SJC, numa direção que também é, neste momento, composta por Helena Buescu e Jorge Buescu, respetivamente eleitos pelas Classes de Ciências e Letras.

política, juntando-lhe a capacidade de fazer análises comparativas entre as situações portuguesa e brasileira, dado o conhecimento profundo que tem dos dois países.

No capítulo, o filósofo foca-se na ameaça consubstanciada nos movimentos seduzidos por valores antidemocráticos, bem como na perda de um solo comum de factos partilhados a partir do qual se poderiam dirimir dissensos razoáveis sobre valores e opções políticos. Como afirma Janine Ribeiro, “a discussão somente é possível com base em factos consensuados. É esse o sentido do diálogo: discordamos, mas sempre a partir de algo em que concordamos”. Com base nesse diagnóstico, o autor discorre sobre algumas estratégias possíveis a adotar. Elas visam restabelecer o próprio valor da verdade e a desarticulação das bolhas ou ‘pacotes identitários’, bem como a transferência da divergência política para espaços surpreendentes que permitam acalmar a tensão. Na sua conclusão, Renato Janine Ribeiro advoga que é necessário um progresso concomitante na esfera da evolução económica e social, permitindo mitigar as causas do descontentamento que alimenta os valores antidemocráticos, e na esfera do pensamento, assim corrigindo os vícios mentais que levam ao abandono da procura da base factual e do diálogo.

O segundo capítulo foca-se na possibilidade do diálogo difícil, através do exemplo de um projeto muito concreto. Intitulado “Diálogo Difícil e Partilha de Histórias: o Guestbook Project” e da autoria de Richard Kearney, com tradução de Gonçalo Marcelo, o capítulo inclui, num primeiro momento, uma reflexão filosófica sobre a tessitura das nossas identidades, defendendo o modelo da identidade narrativa (as nossas identidades pessoais e coletivas são, basicamente, entendidas como histórias) e sobre a forma como interpretamos a alteridade no encontro com o outro, refletindo sobre a passagem (muitas vezes considerada impossível) da hostilidade para a hospitalidade. Argumentando que existe sempre uma dialética entre a identidade e a alteridade, e que, de certa

forma, também existe alteridade no seio da nossa própria identidade (há sempre aspetos de nós mesmos que nos parecem estranhos), discorre sobre a possibilidade da tradução enquanto modelo possível para entender a difícil hospitalidade – acolher o outro é também traduzi-lo, recebê-lo na nossa língua, embora exista sempre um resíduo de intraduzibilidade que tem de ser respeitado.

Na segunda parte do capítulo, o filósofo irlandês apresenta alguns exemplos de diálogos difíceis, promovidos no contexto do Guestbook Project [4], um projeto internacional codirigido por ele e sediado em Boston. No âmbito desse projeto convidam-se jovens oriundos de comunidades historicamente divididas a partilharem as suas histórias em diálogo. O exercício pressupõe um duplo movimento. Primeiro, conta-se a história de como cada um vê o outro, incluindo as razões, muitas vezes ancestrais e comunitárias, para que possa haver animosidade ou, nalguns casos, apenas desconhecimento e desencontro de pontos de vista em relação ao outro. Razões que, em todos os casos, não são pessoais, mas ligadas à história da relação entre as comunidades de cada um. Depois, assim que o conflito está patente, convidam-se os jovens a contar uma terceira história através da qual, de alguma forma, trocam de lugar e tentam ver o assunto pelos olhos do outro, tentando simultaneamente entender o outro e encontrar um solo comum, uma conciliação possível. Estas histórias são gravadas em vídeo e disponibilizadas pelo Guestbook Project, com o objetivo de inspirar diálogos mais alargados e possíveis reconciliações. São dados vários exemplos destes diálogos: entre duas jovens (uma católica, a outra protestante) na Irlanda do Norte, entre uma jovem japonesa e outro coreano, um sérvio e uma croata e um turco e uma arménia. Ao longo destas histórias são dadas várias indicações sobre como promover estes difíceis diálogos, de que são exemplos o uso do humor ou a catarse narrativa.

Na parte final do capítulo inclui-se uma versão editada do debate que se seguiu à intervenção oral de Richard Kearney, e que

inclui, entre outros elementos de interesse, uma reflexão sobre a ligação entre a intervenção individual em diálogo e a transformação coletiva, ou a estratégia de contar melhores narrativas para intervir na problemática da desinformação.

O terceiro capítulo, “Considerações sobre Pseudociência, Desinformação e os Obstáculos à Ciência com a Antiguidade como Pano de Fundo” escrito por Nelson Ferreira, serve simultaneamente de introdução histórica e de reflexão contemporânea aos temas da pseudociência e da desinformação. Não raras vezes, considera-se que a “pseudociência” e a desinformação são problemas especificamente contemporâneos – afinal, como poderia haver “pseudociência” antes do teórico nascimento da ciência (Moderna) como a conhecemos? Contudo, aquilo que este texto faz é, a partir da perspectiva da História clássica, mostrar como, ressaltando as devidas distâncias históricas, formas destes problemas já se encontravam na Antiguidade clássica.

Nelson Ferreira nota que dogmas, analogias com o mundo sobrenatural e análises distorcidas por preconceitos sempre conviveram com o desenvolvimento das sociedades ao longo da história. Por outro lado, também o protesto contra as leituras limitadas dos fenômenos naturais baseadas em dados errados aparece desde cedo, e Ferreira dá o exemplo do filósofo e médico grego Galeno de Pérgamo. À sua maneira, Galeno contestava formas de desinformação baseadas em “falta de conhecimento especializado” mas legitimado “por um certo estatuto intelectual”, já no período da Roma imperial – ainda que, na verdade, haja limites para o paralelismo, como o autor reconhece, uma vez que quer a Galeno quer aos seus contemporâneos faltava o manancial de conhecimento sobre o mundo que hoje tem a ciência moderna, e que é muitas vezes voluntariamente negligenciado pelos produtores e disseminadores contemporâneos de desinformação. O capítulo termina com uma reflexão sobre a forma como o erro pode ser útil na produção de conhecimento e como, por analogia, seria interessante

que a comunidade científica conseguisse utilizar a desinformação para o “florescimento de novas ideias e melhoria quer na comunicação de ciência, quer na educação”.

O quarto capítulo, da autoria de Carlos Fiolhais, aprofunda a problemática da pseudociência e da desinformação, bem como das formas para as detetar e responder-lhes, a partir de uma perspetiva inspirada pela revolução científica associada à Modernidade. Em “O Mundo Infestado de Demónios ou a Atualidade de Carl Sagan”, Fiolhais parte do livro do grande divulgador de ciência Carl Sagan, *O Mundo Infestado de Demónios. A ciência como uma luz na escuridão* [11] para, argumentando sobre a sua atualidade, debater os problemas com que nos confrontamos nos dias de hoje em relação às crenças estranhas.

Na companhia de Sagan, Fiolhais lembra a importância da dúvida e do espírito crítico enquanto baluartes do método científico e enquanto bases de uma espécie de ‘kit para detetar disparates’, útil para a navegação da desinformação e da pseudociência. Lembrando os catastróficos resultados das lideranças de Trump e Bolsonaro em tempos de pandemia de Covid-19, Fiolhais advoga que grande parte da solução para os problemas invocados no nosso Ciclo de Conferências passa pela consolidação, mais do que dos conhecimentos que a ciência produz, do próprio “espírito da ciência”, tal como ele se encontra expresso no método científico, e que Fiolhais resume na cadeia entre as hipóteses, observação, experimentação, raciocínio lógico e conclusões. Como características do tal ‘kit para detetar disparates’ enquanto manual para sinalizar erros de raciocínio, são encorajadas, entre outras, a confirmação independente dos factos, a consideração de várias hipóteses, a navalha de Occam e a refutabilidade, não se esquecendo, também, a importância de evitar as falácias. Neste capítulo, Fiolhais relembra igualmente a importância da ciência para a democracia, porquanto ambas requerem debate vigoroso, honestidade e crítica rigorosa, visando desmascarar aqueles que apenas “se limitam a

simular o conhecimento” [11, p. 63]. Na sua conclusão, Carlos Fiolhais retoma a importância da educação para a detecção das diversas formas de erro, sobretudo tendo em conta as metamorfoses do mundo digital.

Já o quinto capítulo, escrito por Ana Delicado, focando-se igualmente na comunicação de ciência, introduz uma interessante modulação na nossa questão de base. Intitulado “Dialogar Com Quem Não É Ouvido: a comunicação de ciência para grupos excluídos”, a socióloga assinala um problema que muitas vezes ou passa despercebido ou, pelo menos, não recebe a devida atenção: o elitismo da ciência e da comunicação de ciência. Com efeito, a questão não é só que haja quem ‘não quer ouvir’ aquilo que a elite científica ou política quer de alguma forma descrever e preservar; é também que quem, como algumas minorias e grupos historicamente discriminados, muitas vezes com indivíduos afetados por múltiplas discriminações entrelaçadas de forma interseccional, frequentemente não é ouvido. E isto faz com que acabe também por ser excluído da comunicação de ciência. Os fatores que o explicam são complexos, mas parte dessa exclusão pode ser autoimposta, por uma percepção de que a ciência ‘não é para elas’, tendo em conta a sub-representação desses grupos na comunidade científica e, nalguns casos, a desigualdade de oportunidades de acesso a educação de qualidade, incluindo nas áreas científicas. No capítulo, Ana Delicado apresenta também a forma como a exclusão social tem sido analisada na literatura sobre a comunicação de ciência, e o que se sabe sobre esta problemática em Portugal.

A socióloga sustenta que, sob várias perspetivas, é necessário expandir o acesso ao conhecimento científico: porque, democraticamente, importa que todos tenham acesso a ele e que a educação providencie igualdade de oportunidades, o que, por sua vez, tem relevância política e cívica. Na segunda parte do capítulo, Ana Delicado apresenta dez bons exemplos de iniciativas que visam tornar a comunicação de ciência mais acessível e inclusiva em

Portugal. Nas suas notas finais, para além do balanço sobre estes projetos e sobre a situação portuguesa, apela à criação de mais projetos *bottom up*, que partam das necessidades reais das populações afetadas.

O sexto capítulo, escrito por Vera Novais, jornalista e comunicadora de ciência, tem por título “Quando a desinformação chega com pezinhos de lã”. Nele, encontra-se uma reflexão sobre como lidar com a desinformação, sobretudo a que incide sobre a ciência, incluindo formas de pseudociência, e um testemunho sobre a forma como uma jornalista de ciência atravessou o complicado período da pandemia de Covid-19. Este período foi marcado, por um lado, pela ênfase dada à ciência como resposta aos problemas levantados pela doença e pelas medidas restritivas impostas por governos por todo o mundo, mas também, por outro lado, por um manancial, talvez sem precedentes, de desinformação e pseudociência relacionada com vários aspetos da pandemia. Vera Novais aborda também a distinção entre diferentes formatos e variedades de desinformação como, por exemplo, a informação que até nem é falsa, mas é utilizada fora de contexto e, assim, manipulada.

A autora discute as origens da desinformação, incluindo as “fake news” e as suas consequências para o jornalismo. Um dos aspetos a ter em conta, sublinha, é que tanto cientistas como jornalistas lutam pela atenção mediática, o que pode levar a sistemas de incentivos perversos. Outro aspeto relevante são os interesses da indústria: as empresas conhecem bem os pontos fracos dos media e, se quiserem fazer campanhas de desinformação, como aconteceu com a indústria tabaqueira no passado, sabem como fazê-lo. Tudo isto levanta o problema de se saber a quem se podem confiar as notícias sobre ciência, as quais são, evidentemente, uma das componentes essenciais da sua disseminação. A jornalista invoca dados que mostram a confiança depositada pelos cidadãos europeus e norte-americanos nas comunidades médica e científica durante a pandemia, e que contrastam com a desconfiança sentida face a

decisores políticos, jornalistas e empresários – o que torna problemáticas soluções que, necessariamente, envolverão sempre decisores políticos e talvez a indústria, sendo também necessariamente reportados por jornalistas.

Na parte final deste capítulo, Vera Novais discute formas de criar resistência contra a desinformação, assinalando-se as limitações da vigilância / censura da internet, e focando-se na detecção das técnicas de desinformação enquanto tais.

O sétimo capítulo, da autoria de Inês Narciso, tem como título “*What’s Next? Quatro Tendências a Considerar para o Futuro da Desinformação*”. O capítulo explora quatro tendências recentes relevantes para o futuro da desinformação e para a exploração de formas para a mitigar. São essas tendências: 1) a centralidade do indivíduo, pela relevância do conteúdo pessoal e pelo desenvolvimento de exércitos digitais, sobretudo na era pós-pandemia; 2) a transformação das campanhas de desinformação modernas, que evoluíram para formas mais subtis nas quais a informação não é escandalosamente falsa, mas manipulada por alterações de contexto que induzem a ilusão de descoberta no utilizador; 3) a concentração da desinformação em plataformas de mensagens privadas e encriptadas, nas quais é muito mais difícil do que nas plataformas de redes sociais abertas traçar a origem da desinformação e os seus efeitos; e 4) o impacto da Inteligência Artificial, que torna as ferramentas de desinformação muito mais acessíveis a agentes com pouco ou nenhum do conhecimento técnico anteriormente necessário para se orquestrar campanhas de desinformação, e que faz prever uma muito maior prevalência das campanhas de desinformação no futuro, mesmo em pequena escala e contextos locais.

Ao analisar estas tendências, o capítulo de Inês Narciso dá-nos um instantâneo das mutações atuais e possíveis direções futuras da desinformação, visando tornar os atores institucionais e os utilizadores finais mais preparados para lidar com estes desafios e adotar estratégias de adaptação.

O oitavo e último capítulo intitula-se “A Importância de Saber que Não se Sabe: notas sobre a relação entre (sobre)confiança e desinformação”, sendo escrito por Joana Gonçalves-Sá e Cristina Mendonça. Como o título indica, o texto debruça-se sobre as circunstâncias nas quais a confiança no desempenho de uma determinada tarefa se pode tornar um problema, por existir em excesso, e por apresentar uma correlação com a crença em desinformação. Assim, o capítulo apresenta um manancial de diferentes formas de medir a confiança, nomeadamente de forma absoluta, relativa e como precisão, e mostrando como funciona tal correlação. As autoras mostram também, de forma mais específica, a relação entre o excesso de confiança e diferentes objetos nos quais ele pode incidir, como a confiança no nosso conhecimento, na nossa capacidade de conhecimento, na fonte e na informação.

O capítulo revela-se de grande interesse não só por elencar as várias formas e objetos destes julgamentos de desempenho e os enviesamentos com os quais estão relacionados, mas também por apresentar investigação original sobre o grau de conhecimento mais suscetível de gerar tais enviesamentos. Assim, aprendemos com as autoras que quem mais sobrestima o seu grau de conhecimento não são nem os que têm muito nem muito pouco conhecimento, sendo antes aqueles que têm algum conhecimento, ou seja, um grau intermédio, relativamente baixo, de conhecimento. Curiosamente, são também esses sujeitos epistémicos que têm atitudes mais negativas em relação à ciência. Permita-se-nos a extrapolação: parece que as coisas se passam mesmo consoante a hipótese platónica expressa na alegoria da caverna: a aquisição de um saber falso (ou parcialmente errado, ou apenas um simulacro de conhecimento), i.e., uma *doxa* ou opinião à qual nos agarramos, pode desviar-nos muito mais da aquisição de verdadeiro conhecimento (*episteme*) do que a simples ausência de conhecimento. Mas o corolário desta observação deve ser tido em conta pelos divulgadores de ciência, como as autoras sublinham: “é possível que quando,

com as melhores intenções, cientistas e professores retiram muita da complexidade de uma explicação, aumentem um bocadinho o conhecimento e muito a confiança nesse conhecimento, dando a ilusão de compreensão a quem tem pouco conhecimento.”

Tal conclusão reforça outra, que se nos afigura de extrema importância, e que é a seguinte: devemos cultivar uma postura de dúvida saudável e humildade ativa. Mas aqui, quando se diz “devemos”, entenda-se também: nós, a comunidade científica e académica, em relação a quem tem opiniões muito diferentes das nossas. Voltamos, portanto, à necessidade de evitar o elitismo e a arrogância da própria comunidade científica e académica, e de não ceder à tentação de acusar demasiado rapidamente os outros de não quererem ouvir, quando na realidade podemos ser nós quem não ouve, ou não quer ouvir. Entendamo-nos: a irracionalidade e a ignorância grassam, mas não devemos nós mesmos pressupor nos outros essa irracionalidade, simplesmente porque as crenças de outrem não correspondem exatamente àquilo que esperamos. Como advertem Boghossian e Lindsay, ninguém gosta de receber lições; assim, ouvir ativamente os outros e focarmo-nos em compreendê-los é, também para nós, um preceito da primeira importância. A abertura intelectual tem de funcionar nos dois sentidos. A partir destes pressupostos, as autoras discorrem sobre as estratégias a adotar para se falar com quem não quer ouvir, incluindo como lidar com reações potencialmente negativas que as nossas tentativas de correção possam gerar. Concluem, igualmente, ser importante alinhar o nível de conhecimento das pessoas com o seu nível de confiança e auditar os algoritmos do nosso ambiente digital.

*

Esperamos que, ao chegarem ao termo deste volume, os leitores o tomem como um ponto de partida, e não de chegada. De facto, o livro abre para a importância destes problemas e sugere um

manancial variado de soluções possíveis mas, como bem se perceberá, o complexo de causas e efeitos aqui abordados é móvel, evoluindo, e assim também terão de ser os diagnósticos e as propostas para o enfrentar. Estamos ainda, por conseguinte, no início do diálogo, um diálogo que, esperamos, se possa tornar cada vez mais profícuo, tanto com quem quer, como com quem, à partida, parece não querer ouvir, mas talvez o venha a fazer.

BIBLIOGRAFIA

1. Boghossian, P. e Lindsay, J., *How to Have Impossible Conversations. A Very Practical Guide*, Lifelong Books, 2019.
2. Brennan, J., *Contra a Democracia*, Gradiva, 2020.
3. Cassam, Q., *Conspiracy Theories*, Polity, 2019.
4. Guestbook Project. Disponível em <http://guestbookproject.org>.
5. Habermas, J., *The Structural Transformation of the Public Sphere. An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. MIT Press, 1991.
6. Harris J., *The Value of Life. An introduction to medical ethics*, Routledge & Kegan, 1985.
7. Hoofnagle, M. and Hoofnagle, J., "What is Denialism", 30 April 2017. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4002823.
8. Marcelo, G., *The Hermeneutics of Polarized Ideologies. Conflict, (Ir)rationality and Dialogue*. *Études Ricœuriennes / Ricœur Studies* vol. 13, 1 (2022): 68-89. DOI: <https://doi.org/10.5195/errs.2022.595>.
9. McIntyre, L., *How to Talk to a Science Denier. Conversations with Flat Earthers, Climate Deniers, and Others who Defy Reason*. MIT Press, 2021.
10. Rini, R., *Fake News and Partisan Epistemology*, *Kennedy Institute of Ethics Journal*, Special issue: Trump and the 2016 Election, July 20, 2007. Disponível em <https://kiej.georgetown.edu/fake-news-partisan-epistemology/>
11. Sagan, C., *O Mundo Infestado de Demónios. A ciência como uma luz na escuridão*, Gradiva, 2012 [1.ª ed., 1997].
12. Seminário de Jovens Cientistas. "Apresentação". Disponível em <https://www.acad-ciencias.pt/institutos/apresentacao-do-sjc/>.
13. Zuboff, S., *The Age of Surveillance Capitalism. The Fight for a Human Future At the New Frontier of Power*, Profile Books, 2019.

^a Nota à edição impressa do livro (Novembro de 2023): a presente versão do texto, com data de Novembro de 2023, atualiza a grafia da edição disponibilizada on-line sob a forma de e-book em acesso livre em Julho de 2023. Na presente versão, todos os textos seguem, conforme a política editorial da Academia das Ciências de Lisboa, a ortografia atual determinada pelo AO90 (Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990), o que implicou a revisão da ortografia de alguns capítulos. Agradecemos a todos os autores e autoras a autorização de republicação dos seus textos com esta revisão ortográfica, feita por coerência com a política editorial da ACL, independentemente das suas posições pessoais relativamente ao AO90. A presente versão corrige também alguns lapsos presentes na versão disponibilizada on-line.

Deixamos uma última nota de agradecimento à Academia das Ciências de Lisboa, pelo apoio à impressão deste livro, e a toda a comunidade científica e público em geral, pelo interesse no livro, manifestado de forma expressiva através das centenas de acessos e descargas da versão disponível na página da ACL na Internet.